

Espaço público

O Triângulo das Bermudas do ensino superior



Jorge Bacelar Gouveia

Os perigos que a navegação enfrenta na passagem pelo Triângulo das Bermudas, se são uma fantasia que nos alegra nos seus relatos e mitos, correspondem a uma realidade que entristece pensando no ensino superior português.

Desde as reformas de Mariano Gago (boas e más) que se assiste a uma mera viagem de cabotagem (espero que não de “cabotinos”) em muito do que se lhe refere.

Mais: com subidos ares de modernidade, tomam-se as mais esdrúxulas decisões, ou anunciam-se as habituais promessas a serem cumpridas quando as “galinhas tiverem dentes”. Desejo refletir sobre três dos problemas de fundo que apoquentam o ensino superior.

1. O primeiro é o da “unipessoalização” da gestão académica, tópico em que uma das reformas feitas (o RJIES) se revelou desastrosa, a despeito da aparência de um excelso modelo de eficiência, como se uma instituição de ensino superior (IES) fosse uma empresa.

Violando a Constituição da República Portuguesa no princípio do governo democrático das escolas, arvorou-se o reitor, diretor ou presidente das IES em alguém “todo-poderoso”, para decidir sozinho/a aquilo que devia ser deliberado em órgãos colegiais, estes a mais adequada representação da comunidade académica, sem nunca se excluir os estudantes.

Passou a existir um “gestor académico” ou uma “gestora académica”, em alguns casos com tanto de insensato quanto de prepotente, quais novos “napoleões” de pacotilha. A comunidade académica, outrora viva e atuante, foi degradada a expectadora de um monólogo, se bem que com o disfarce participativo de haver órgãos consultivos meramente decorativos.

Confidencio que nestes 35 anos de vida académica ininterrupta já vi de tudo: até vi a “traficância” de docentes mais jovens que se aproveitam do cargo de diretor para poderem ascender mais depressa à cátedra, sendo prisioneiros de interesses de facção nas IES. É por isso que um lugar destes só pode ser ocupado por quem não dependa de mais ninguém para atingir o topo da sua profissão académica.

E assisti ao clima de suspeição e de medo nos funcionários e nos estudantes, que não ousam discordar: os primeiros porque temem processos disciplinares e despedimentos; os outros porque não querem chumbar e, com sorte, e se se “portarem bem”, ainda conseguirão lugares de estagiários no escritório do/a diretor/a!

2. O segundo – com o seu quê de “salioio” –

é o da **infrene internacionalização sem critério e pouco patriótica**, como se as IES tivessem descoberto um “mundo novo”, tão deslumbradas que ficam em falar inglês e muito se viajando para assinar protocolos.

Não está em causa a internacionalização, mas ela deve ser vista *cum grano salis*, ponderando a natureza das matérias científicas, nem todas “internacionalizáveis” do mesmo modo: não se compara a internacionalização do Direito com a da Medicina ou da Astronomia!

Quando não se tomam as devidas cautelas, questiona-se a missão que as universidades – se são portuguesas – protagonizam estando sob o domínio de professores estrangeiros: não se trata de nenhum “nacionalismo académico” bafiento, trata-se da simples conclusão de que Portugal tem bons quadros, não precisando de os importar nessa elevada quantidade.

Tudo com o risco, por exemplo, de se inutilizar os graus de doutor que conferem porque logo os portugueses perceberão que não terão qualquer *chance* de contratação porque ultrapassados serão por estrangeiros.

E, às vezes, essa seleção é feita com todo o despudor, nem se exigindo que falem português – que é a nossa língua oficial, além de obrigatório no procedimento administrativo –, e chegando-se ao ridículo de tais professores, para serem conhecidos, mandarem traduzir artigos de opinião para português a fim de os publicarem na imprensa...

Para já não falar na substituição ilegal e inconstitucional do nome das IES de português para inglês, nesta língua se falando em órgãos académicos, ou na situação hilariante (a que assisti) de um zeloso professor de Direito que, perante uma pequena turma de doutoramento em que todos compreendiam o português, manteve a leção em inglês macarrónico para reforçar a internacionalização da escola...

A imaturidade só pode ser muita porque a internacionalização boa exigiria uma resposta

de afirmação da identidade das IES no espaço da lusofonia, e não abrir “autoestradas” para o “cavalgar” das instituições anglo-saxónicas, que agradecem e se ficam a rir de nós.

O clímax é o deslumbramento financeiro com alguma internacionalização feita nos lugares mais improváveis do mundo – decerto bonitos e sofisticados – aos quais a ligação de Portugal é nula, em vez de se investir, com entidades públicas e privadas, no espaço lusófono, como nos PALOP, de que tanto precisa.

3. O terceiro refere-se à **propalada empregabilidade dos cursos e à relação com as empresas**, quando o que está em jogo é a utilidade social do saber científico.

O modo como este tema se apresenta diz tudo sobre o seu enviesamento: o que está em causa é avaliar o retorno que a sociedade espera das instituições que produzem conhecimento, em todas as áreas da vida, com o dinheiro público luso.

O móbil da ciência não é o mesmo que o das empresas: estas querem lucro, o que é legítimo, as universidades não; estas querem é desenvolver o seu trabalho



O novo sistema de governo das instituições faliu por completo, ao criar ‘ditadorezinhos’ académicos e desprezando a vontade de estudantes, funcionários e de parte dos docentes

científico e ter condições para isso.

A perversidade de tal resultado pode duplicar quando as IES só ministrarem cursos que deem emprego, não havendo, a breve trecho, ninguém que saiba latim ou grego (antigo).

Ou quando os docentes são “capturados” por empresários habilidosos que os manipulam, usando as IES para promoverem os seus negócios com baixas contrapartidas, incluindo a compra – para alimentar a vaidade do seu nome de família, e com substituição de reputados cientistas que antes os designavam – de auditórios para colocarem o nome do patriarca, normalmente associado à criação de fundações que, com honrosas exceções, servem para “limpar” um percurso passado inconfessável.

A presente legislatura, com as suas autoridades legislativas e administrativas, inicia funções com especiais condições de estabilidade, pelo que se impõe recordar a responsabilidade indeclinável de mudar tudo isto:

a) democratizar o governo das IES, tendo este novo sistema falido por completo, ao criar “ditadorezinhos” académicos e desprezando a vontade de estudantes, funcionários e de parte dos docentes;

b) articular a internacionalização das IES com os desígnios da política externa portuguesa, quanto mais não seja porque, sendo instituições públicas, estão ao serviço do bem comum e são pagas por todos nós;

c) refrear a empresarialização das IES, extinguindo as fundações privadas em que algumas universidades se transformaram pelos maus resultados obtidos, ao contratarem tudo e todos sem concurso, mas com dinheiro público, tornando-se permeáveis a espúrios interesses de grupo, família, partido ou região.

Professor catedrático de Direito e advogado

